PRAÇA DEPUTADO A. S. CUNHA BUENO, 180 - CENTRO - TELEFONE: (012) 379-1143 - CEP 12250-000

### LEI Nº 1169/2001, DE 30 DE JULHO DE 2001

### DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BUENO DA SILVA, Prefeito Municipal de Monteiro Lobato, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei :

### CAPÍTULO I

### DAS DIRETRIZES GERAIS

- **Art. 1º.** Ficam estabelecidas, para a elaboração dos Orçamentos do Município, relativo ao exercício de 2002, as Diretrizes Gerais de que trata este Capítulo, os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei Orgânica do Município.
- Art. 2º. A estrutura orçamentária que servirá de base para a elaboração do orçamento programa para os próximos exercícios deverá obedecer a disposição constante do Anexo I, que faz parte integrante desta Lei.
- Art. 3°.- As unidades orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas parciais, deverão atender à estruturas orçamentaria e às determinações emanadas dos setores competentes da área.
- Art. 4°. A proposta orçamentária, que não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, face à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização, à participação comunitária, conterá "reserva de contingência", identificados pelo código 99999999 em montante equivalente e compreenderá a um por cento (1%) da Receita Corrente líquida, abrangendo:
- § 1°. O orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, seus fundos e entidades das Administrações direta e indireta, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público Municipal;
- § 2°. O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades de saúde, previdência e assistência social, quando couber:
- § 3°. O Poder Legislativo que encaminhará ao Poder Executivo, sua proposta parcial até 30 de agosto, de conformidade com a Emenda Constitucional nº 25/2000.

PRACA DEPUTADO A. S. CUNHA BUENO, 180 - CENTRO - TELEFONE: (012) 379-1143 - CEP 12250-000

- **Art. 5º** A Lei Orçamentária dispensará, na fixação e na estimativa da receita, atenção aos princípios de :
  - I Prioridade de investimentos nas áreas sociais;
  - II Austeridade na gestão dos recursos públicos;
  - III Modernização na ação governamental;
- IV Principio do equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como na execução orçamentária.

### CAPÍTULO II

### DAS METAS DA PROPOSTA ORCAMENTÁRIA

- **Art. 6º -** A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas exceder a previsão da receita para o exercício.
- Art. 7° As receitas e as despesas serão estimadas, tomandose por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, tendo em vista principalmente os reflexos dos planos de estabilização econômico editados pelo governo federal.
- § 1°. Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte :
- I a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias:
- II a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;
  - III a expansão do número de contribuição;
  - IV a atualização do cadastro imobiliário fiscal.
- § 2°. As taxas de policia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.
- § 3°. Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal do município.

•

#### 3



### PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO LOBATO ESTADO DE SÃO PAULO

PRAÇA DEPUTADO A. S. CUNIA BUENO, 180 - CENTRO - TELEFONE: (012) 379-1143 - CEP 12250-000

§ 4°. – Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária, e recursos financeiros previsto na programação de

desembolso, e a inscrição de Restos a Pagar estará limitado ao montante das disponibilidades de caixa, conforme preceito da LRF.

- **Art. 8º. –** O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:
- I Realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;
- II Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;
- III Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;
- IV Transpor, remanejar ou transferir recursos, até 25% (vinte e cinco por cento), dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do inc. VI, do art. 167, da Constituição Federal;
- V Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.
- Art. 9°. Não sendo devolvido o autógrafo de lei orçamentária até o início do exercício de 2002 ao Poder Executivo, fica este autorizado a realizar a proposta orçamentária, até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 ( um doze avos) em cada mês.
- **§ 1°. -** Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo se incumbirá do seguinte :
- ! Estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;
- II Publicar até 30 dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas, e se não atingidas deverá realizar cortes de dotações da Prefeitura;
- III A cada quatro meses, o Poder Executivo e Legislativo emitirá ao final de cada quadrimestre, Relatório semestralmente de Gestão Fiscal;
- IV Os Planos, LDO, Orçamentos, prestação de Contas, parecer do T.C.E., serão amplamente divulgados, inclusive na internet, e ficarão à disposição da comunidade;

ade;

PRAÇA DEPUTADO A. S. CUNHA BUENO, 180 - CENTRO - TELEFONE: (012) 379-1143 - CEP 12250-000

V – O desembolso dos recursos financeiros consignados à Câmara Municipal, será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimo, ou de comum acordo entre os Poderes.

#### CAPITULO III

### DO ORÇAMENTO FISCAL

- Art. 10. O orçamento fiscal abrangerá os Poderes Executivos e Legislativo, e as entidades das Administrações direta e indireta, e será elaborado de conformidade com a Portaria nº 42 do Ministério do Orçamento e Gestão.
- jArt. 11. As despesas com pessoal e encargos não poderão ter acréscimo real em relação aos créditos correspondentes, e os aumentos para o próximo exercício ficarão condicionados à existência de recursos, expressa autorização legislativa, e às disposições emitidas no art. 169 da Constituição Federal, e no art. 38 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias, não podendo exceder o limite de 54% ao Executivo e 6% ao Legislativo da Receita Corrente Liquida.
- Art. 12. Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos preferencialmente os programas constantes do Anexo II que faz parte integrante desta Lei, podendo na medida das necessidades, serem elencados novos programas, desde que financiados com recursos próprios ou de outras esferas do governo.
- **Art. 13.** A despesa total com Pessoal não ultrapassará em percentual de Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício anterior, acrescida de até 10%, se esta for inferior aos limites definidos na forma do art. 20 da LRF.
- Parágrafo único As despesas com serviços de terceiros não poderão exceder o percentual da receita corrente líquida do exercício anterior (art. 72 da LRF).
- Art. 14. A concessão de Auxílios e Subvenções dependerá de autorização Legislativa, através de lei especifica, após a indicação e aprovação da entidades pelo Conselho Municipal de Assistência Social.
- Art. 15. O município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal e 15% da Saúde.
- Art. 16. A proposta orçamentária, que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro, compor-se-á de :



PRACA DEPUTADO A. S. CUNHA BUENO, 180 - CENTRO - TELEFONE: (012) 379-1143 - CEP 12250-000

I - Mensagem;

II - Projeto de lei orçamentária;

III - Tabelas explicativas da receita e despesas dos três últimos exercícios.

Art. 17. - Integração à lei orçamentária anual :

I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;

II – Sumário geral da receita e despesa, por categorias econômicas;

III - Sumário da receita por fontes, e respectiva legislação;

IV - Quadro das dotações por órgão do governo e da administração.

Art. 18. - O Poder Executivo, enviará até 30 de setembro o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal, que o apreciará até o final da Sessão Legislativa, devolvendo-o a seguir para sanção.

Art. 19. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Monteiro Lobato, 30 de julho de 2001.

JOÃO BUENO DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicada e registrada neste Setor Administrativo, e afixada em local próprio e de costume desta Prefeitura, data supra.

Assistente Administrativo

PRAÇA DEPUTADO A. S. CUNHA BUENO, 180 - CENTRO - TELEFONE: (012) 379-1143 - CEP 12250-000

### ANEXO I ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

ORGÃO	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO
	ORÇAMENTARIA	
01		CĂMARA MUNICIPAL
	01.10	Secretaria da Câmara
02		GABINETE DO PREFEITO
	02.10	Gabinete do Prefeito
	02.11	Junta de Alistamento Militar
	02.12	Assessoria
		ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
	03.10	Secretaria
	03.11	Contabilidade
04		EDUCAÇÃO
	04.10	Educação Infantil
	04.11	Ensino fundamental
	04.12	Ensino Superior
05		ESPORTE, LAZER, CULTURA
06		SAÚDE
	O6.10	Assistência Geral
07		ASSISTENCIA DE DESEVOLVIMENTO
		SOCIAL
	07.10	F.M. Assistência Social
	07.11	F.M. Criança e Adolescente
	07.12	Fundo Social Solidariedade
	07.13	Merenda Escolar
08		OBRAS E TRANSPORTE
	08.10	Serviço Municipais
	08.11	Serviços Rodoviário
09		AGRICULTURA E ABASTECIMENTO ,

PRAÇA DEPUTADO A. S. CUNHA BUENO, 180 - CENTRO - TELEFONE: (012) 379-1143 - CEP 12250-000

### PROGRAMAS DE GOVERNO - ANEXO II

### ORGÃO E PROGRAMAS:/ OJETIVOS E METAS

Órgão/programas	Objetos e Metas		
01 – CÂMARA MUNICIPAL			
Dotar a Câmara Municipal de de informática visando a mod	e equipamentos e móveis , contratação de serviço dernização dos serviços de controle interno e externo do stalações atuais do prédio e comprar um veiculo para		

### 02 - GABINETE DO PREFEITO

Reequipar as instalações do gabinete visando a modernização dos serviços do executivo, contratação de serviços de pessoal técnico especializado para fins de assessorar o Prefeito nos seus trabalho junto ao Município

### 03 - ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Equipar a Secretaria Municipal com equipamentos necessários para atender suas atividades tais como: protocolo- almoxarifado - registro de leis, portaria, certidão, controle de bens patrimoniais, publicações dos atos administrativo, secretariar as Comissões de compras e licitações. No serviços financeiros da Prefeitura proceder recadastramento imobiliário através de uma Planta Genérica de Valores - Controlar a Divida Ativa- Precatórios do Exercício - Amortizar as Divida fundada- Pagamento de Encargos.

### 04 - EDUCAÇÃO E CULTURA

EDUCAÇÃO INFANTIL - Atender crianças de 04 a 06 anos, com material didático, transporte, orientação pedagógica, , adequar as instalações de sala de aula, fazer o censo escolar, construir nova sala de aula, comprar veiculo para atender os alunos e serviço da Educação Infantil, contratar profissional do ensino e servidores da área de Educação.

ENSINO FUNDAMENTAL- Municipalizar o Ensino Fundamental- fazer censo escolar de aluno do primeiro grau, construir salas de aula, comprar veículos, atender os alunos no transporte escolar, material didático, Elaborar o estatuto do magistério – plano de carreira – contratar profissional do ensino. Atender os alunos especiais . e criar o curso supletivo do primeiro grau.

Cultura e Turismo - incentivar no município através de trabalho junto a comunidade o esporte lazer e Cultura.

Apoio Financeiro - para atender os universitários e nível técnico conforme determina a Lei Municipal.

-----

PRAÇA DEPUTADO A. S. CUNIIA BUENO, 180 - CENTRO - TELEFONE: (012) 379-1143 - CEP 12250-000

#### 05 - SAUDE

Oferecer assistência médica de emergência á população- ampliar o prédio no sentido de atender melhor a população, cria novos posto de atendimento na zona rural, comprar moveis e equipamentos médicos para o Posto de Saúde, aquisição de ambulância, firmar convênio com a Secretaria Estado da Saúde — Ministério da Saúde, desenvolver atividades básica da saúde através de controle de Serviço de Saúde, contratar medico, dentista, enfermeira e pessoal para desenvolver atividade da do município.

#### 06 - ASSISTENCIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Melhoria no atendimento da comunidade mais carente do Município- Desenvolvendo trabalho social junto aos idoso, adolescentes, crianças etc.

### 07 - OBRAS E TRANSPORTE

Manutenção geral do equipamento existente, aquisição de novos equipamentos rodoviários, manutenção e pavimentação de logradouros públicos, próprios do município e das estradas vicinais, manutenção dos serviços urbanos, controle do lixo, manutenção geral do serviço de cemitério, construção de um necrotério, prolongamento de rede de águas pluviais, limpeza de galerias

#### 08 - AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Oferecer aos interessados assistência técnica a ser obtida junto ao (EMBRAPA, CATI,) visando aumento da rentabilidade, incentivar o pequenos e médios produtores rurais através de equipamentos e técnicos auxilio para melhor desempenho.



### PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO LOBATO

ESTADO DE SÃO PAULO

